

Colcha de Retalho: cultura popular como conteúdo de uma rádio comunitária¹

Júnia MARTINS²

Resumo

O presente artigo traz a experiência do programa de rádio *Colcha de Retalho*, gerado como produto da oficina de radialismo comunitário oferecida a jovens em situação de vulnerabilidade social, executada por Ponto de Cultura situado no interior da Bahia. A pesquisa utilizada, de cunho exploratório, descreve os quadros integrantes do programa radiofônico, assim como sua concepção, atores e reflexos na comunidade local, numa tentativa de aproximar a folkcomunicação à atuação da rádio comunitária, na asserção de que ambas utilizam como ingredientes primeiros a cultura popular atrelada à comunicação social. Luiz Beltrão (1980), Osvaldo Meira Trigueiro (2008), Cristina Schmidt (2007) e Célio Turino (2010) balizaram o estudo; os primeiros no conteúdo sobre comunicação e cultura popular, e o último sobre o Programa Pontos de Cultura.

Palavras-chave: Rádio Comunitária; Ponto de Cultura; Folkcomunicação; Ativismo Cultural.

Introdução

Na sociedade contemporânea, informações de todo o mundo são acessadas em tempo real; absorvidas, apropriadas, convertidas, ressignificadas nas redes de comunicação cotidianas. Por outro lado, a notícia do bairro nem sempre tem espaços para ser veiculada, o que tem voltado os olhos das Ciências da Comunicação para produtos, movimentos e espaços sociais comunitários de atuação local. Um destes espaços é a rádio comunitária.

A rádio comunitária constitui-se como campo propício para a exaltação da diversidade e valorização da cultura popular. Normalmente implantada por grupos de bairros periféricos, traz em seu bojo um processo renovado de gestão e produção de conteúdo, com participação direta da comunidade. Se levarmos em consideração o

¹ Artigo apresentado no GT1: “Práticas comunicacionais para o fomento da democracia”, do XV Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação (CELACOM) – Araraquara-SP, 01 a 03 de junho de 2011. Versão atualizada de artigo, com título homônimo, apresentado na XIV Conferência Brasileira de Folkcomunicação – Juiz de Fora-MG, 04 a 07 de maio de 2011.

² Aluna do Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB-PB), Especialista em Leitura (UESB-BA), Bacharel em Rádio e TV (UESC-BA). Sócia da Intercom e da Rede FolkCom. Email: juniamartins@ymail.com.

conceito de folkcomunicação definido por Luiz Beltrão (1980, p.24), como “conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, idéias, opiniões, atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e de meios direta ou indiretamente ligados ao folclore”; perceberemos que radialismo comunitário e folkcomunicação estão intimamente ligados.

O estudo aqui apresentado traz a experiência da Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, situada em Ipiaú, sul do Estado da Bahia. A Rádio Livre foi contemplada como Ponto de Cultura em 2008, conveniada ao Governo do Estado, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Governo Federal, Programa Cultura Viva e o Ministério da Cultura. Por meio do projeto, foi permitida a aquisição de equipamentos audiovisuais e a realização de algumas oficinas, entre elas, a de radialismo comunitário que, ao todo, atendeu 20 alunos.

A oficina de radialismo comunitário gerou como produto um programa cultural radiofônico, concebido pelos alunos da oficina, batizado como *Colcha de Retalho*. O que deveria constituir-se apenas como programa-piloto, terminou se prolongando por mais seis meses além-oficina, com exibição semanal na Rádio Livre Comunitária de Ipiaú.

Neste contexto, desenvolveu-se na primeira parte deste artigo, um pequeno histórico do município, na tentativa de vincular as raízes de exaltação da cultura popular à carga histórico-cultural deixada pelo escritor Euclides Neto. Este teve seu trabalho descrito com base em estudo publicado por Ely Estrela (2010).

No segundo momento, tem-se o detalhamento do *Colcha de Retalho*, delimitação do conteúdo, personagens e modelos dos quadros por ele incorporados. Todos os momentos descritos foram pessoalmente por mim acompanhados, como coordenadora geral do Ponto de Cultura.

Embora toda rádio comunitária tenha como essência o papel de absorver e dissipar os valores sócio-culturais da comunidade onde atua, as restrições impostas pela legislação nacional normalmente a limitam financeiramente, obrigando muitas delas ao proselitismo religioso ou político. No exemplo da Rádio Livre Comunitária de Ipiaú, o convênio com o programa governamental deu novo fôlego a atividades que há muito haviam sido planejadas, mas até então não concretizadas, por falta de capital.

Recorreu-se assim, aos estudos de Osvaldo Trigueiro (2008), voltados à folkcomunicação e ao ativismo midiático, na assertiva de que a participação do cidadão nos processos de comunicação, em especial no que tange as regiões socialmente marginalizadas, ainda é um caminho em construção. No contexto da rádio comunitária, esta participação se estabelece como mecanismo de pressão estratégico, como meio alternativo de divulgação da cultura e do sanamento ou busca de soluções para os problemas locais.

O viés da cultura vislumbrado neste artigo, por sua vez, remete àquele concebido por Canclini, como “produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social” (CANCLINI, 2003, p.29).

Nas considerações acerca da cultura regional no contexto globalizado, Cristina Schimidt (2007) foi alicerce. Já os conceitos de horizontalidade (emissor e receptor em semelhança situacional), dialogia (oportunidade verdadeiramente alternativa de comunicação) e participatividade (interação e acesso efetivos da comunidade), embora concebidos por Beltrão, estão diluídos no texto de acordo com as pesquisas de Antonio Hohlfeldt (2007).

Com relação à atuação de um Ponto de Cultura, buscou-se os escritos do ex-Secretário de Cidadania Cultural, criador do Programa Cultura Viva, Célio Turino (2010), o qual descreve, em sua obra, peculiaridades da gestão do Ministério da Cultura (MinC) e ações de Pontos pulverizados por todo o Brasil.

A proposta é utilizar a experiência do *Colcha de Retalho* como possível modelo a ser reconstruído em outros espaços comunitários ou semelhantes, como ponte para o reconhecimento e exaltação da cultura local, empoderamento social da comunidade, catalisação do conhecimento, exercício da democracia e descoberta de formas renovadas de ativismo midiático.

1. De Euclides Neto à Rádio Livre Comunitária

Ipiaú, município sulbaiano, a cerca de 350 km de Salvador. Embora pequena a população, com seus poucos mais de 44 mil habitantes (IBGE, 2010), o lugar ficou conhecido em fins da década de 1960, quando recebeu o título nacional de *cidade*

modelo da Bahia. A gestão era do prefeito, advogado e escritor Euclides José Teixeira Neto, o qual além dos livros publicados, ficou conhecido pela implantação da primeira reforma agrária na Bahia, com a criação da *Fazenda do Povo* em Ipiaú.

Euclides Neto fora um homem marcado por utopias. Comunista moderado, tem atualmente livros disponíveis nas prateleiras de bancas de revistas, bibliotecas e universidades. Criador do *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (TEIXEIRA NETO, 1997), reuniu termos peculiares da comunicação entre populares, trabalhadores rurais e fazendeiros; escreveu crônicas e romances, relatos da contrastante região cacauzeira. Transitou entre os menos e os mais favorecidos socialmente, notabilizou-se como um intelectual conhecedor dos jargões populares e das doutrinas do Direito – espécie de líder folkcomunicação (BELTRÃO, 1980), de mediador cultural (BARBERO, 2009) daquela região. Ao analisarmos suas obras, encontramos seu encantamento pela cultura popular e ideal comunitário, pelas cotidianas relações de poder entre as classes que, aos seus olhos, consubstanciaram histórias ficcionalmente reais.

Os testemunhos de Euclides Neto são eivados de representações sobre sua atuação política e sobre sua gestão à frente da Prefeitura de Ipiaú. Ademais, trazem significativas revelações sobre o cotidiano da política num pequeno município, destacando as relações entre o candidato e o eleitor, o prefeito e o povo, entre este e demais autoridades situadas em outras esferas do poder; as demandas dos munícipes e as demandas do prefeito em relação ao deputado, ao secretário de estado, ao governador, intrigas, perseguições, descontentamentos, interesses contrariados e inimizades ferrenhas, etc. (ESTRELA, 2010, p.11)

Mais de quatro décadas após a gestão *euclidiana*, Ipiaú ainda ressona vestígios das histórias do escritor, o qual se orgulhava por defender sempre a “raia miúda” e não as “firmas” de cacau. (ESTRELA, 2010) Em nome desses vestígios, da pretensão de democratizar os espaços e dar voz aos populares, ipiauíenses envolvidos com ações políticas e culturais no município idealizaram a implantação de uma rádio comunitária. A ideia se expandiu e concretizou-se em 1998 quando, num casebre alugado em bairro periférico, jovens voluntários começaram a operar sem outorga do governo, disputando e ampliando audiência entre as emissoras de rádio já existentes³ na cidade.

³ Neste período havia, no município, uma emissora AM (Rádio Educadora) e uma FM (Ipiaú FM), ambas sob a concessão de políticos.

Iniciadas as transmissões que passaram a movimentar o dia-a-dia dos ouvintes, com programação eclética e diferenciada das emissoras comerciais, a Rádio Livre Comunitária de Ipiaú, com o lema *livre como você*, passou a ser disputada por grupos sócio-culturais locais (LAMOSO, 2007). Em meio ao conflito, foi denunciada à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por operar ilegalmente, sendo lacrada por seus fiscais em dezembro de 1998, sob a alegação de exercício de atividade criminosa.

Comunidade e instituições civis mobilizaram-se, fizeram abaixo-assinado em prol da emissora, contataram autoridades e, por fim, conseguiram judicialmente a reabertura da rádio. Em setembro de 1999, contudo, a emissora foi novamente surpreendida, desta vez, pela Polícia Federal. O momento da invasão ficou registrado em vídeo e narrado, até o instante possível, pelo locutor do programa que estava sendo veiculado naquele instante. Munida de metralhadora e cassete, a Polícia Federal retirou as pessoas presentes na rádio e novamente fechou suas portas; desta vez, com a apreensão do transmissor.

A luta pela legalização continuou. A autorização de análise do processo pelo Ministério das Comunicações (MiniCom) foi publicada no Diário Oficial da União em agosto de 2000 – no mesmo ano do falecimento de Euclides Neto. A autorização de uso da radiofrequência foi conquistada um ano depois. Representada legalmente pelo político, advogado e escritor Nesmar Andrade, nascia oficialmente a Rádio Livre Comunitária de Ipiaú, 105,9 FM. Lograva-se ali uma nova reforma, desta vez, a chamada “reforma agrária no ar”. (MACHADO, MAGRI e MASAGÃO, 1986)

1.1 Rádios Piratas, Livres ou Comunitárias?

Mesmo depois da disseminação de rádios comunitárias por todo o mundo, ainda há a confusão dos termos – são livres, piratas ou comunitárias? Conceituemos.

As rádios piratas receberam este nome devido a experiências radiofônicas realizadas em meados de 1960, em alto-mar, além da faixa marítima territorial da Grã-Bretanha; sob o comando de jovens impulsionados pelo movimento de contra-cultura.

Também no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, multiplicaram-se o número de transmissões não permitidas, maioria delas consumadas por jovens

entusiastas, na tentativa de explorar espaço num veículo de comunicação. Estas emissoras ficaram conhecidas como rádios livres. As rádios livres ocupam um espaço do *dial* e entram no ar sem autorização ou concessão do governo federal. Por ocuparem um espaço não legalizado, também são conhecidas como rádios piratas; canais de confronto ao coronelismo eletrônico.

As rádios comunitárias no Brasil⁴, por sua vez, são amparadas mediante Constituição Federal pela Lei 9.612/1998, promulgada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre as restrições determinadas para seu funcionamento, destacam-se a limitação do raio de abrangência (25kw de potência); a proibição de formação de redes e de veiculação de propagandas. Tais restrições quando não provocam o sucateamento da emissora, lançam-na às mãos do proselitismo religioso ou político e, em muitas situações, forçam-na a funcionar fora das limitações legais.

A rádio essencialmente comunitária tem um papel bastante relevante na comunidade onde se situa. Age como mediadora das relações cotidianas, tem microfone aberto para quem quiser fazer seus reclamos, encontrar coisas ou pessoas, divulgar eventos – especialmente aqueles pouco importantes para os grandes meios de comunicação – como o campeonato esportivo do bairro, a feijoada na casa do vizinho, a promoção na mercearia, o festival de poesia da escola, o lançamento do disco de um artista local. Constitui-se como espaço de prática da cidadania e empoderamento da cultura popular.

No limiar do século XXI vivemos um período marcado pelo reflorescimento das culturas locais e regionais. Este episódio particular da resistência à globalização unipolar é reflexo da luta das culturas periféricas no sentido de ocupar espaços apropriados no mosaico multicultural propiciado pelas novas tecnologias de difusão simbólica. (MELO, 2008, p.70)

A Rádio Livre de Ipiaú, durante seus mais de dez anos de atuação, tem trazido em suas ações o estímulo a este empoderamento. Fortaleceu o futebol local, com a divulgação do campeonato entre os bairros; incentivou jovens a atividades lúdicas, com a organização e cobertura de campeonatos de música, dança e dominó; realizou campanhas de arrecadação de cobertores, alimentos, roupas para carentes e

⁴ GIRARDI e JACOBUS (2009) apontam que, no Brasil, existem 3.300 rádios comunitárias com outorga definitiva e outras 15 mil na fila de espera. Segundo eles, o conjunto destas emissoras movimenta, no país, cerca de 300 mil comunicadores-ativistas diretos.

desabrigados; divulgou trabalhos de artistas locais sem que estes pagassem por isso; patrocinou atletas; criou o Projeto Nota Jazz, com a realização do Festival de Música Instrumental, aberto ao público; serviu e foi servida pela comunidade.

A comunidade, normalmente extirpada da mídia, vista por muitos como massa de manobra cultural, ao vislumbrar as possibilidades da rádio comunitária, descobre-se resiliente e criadora dos seus próprios mecanismos de comunicação, costumes, pensamentos. Seus usuários “terminam por constituir processos próprios para sua troca de informações, boa parte dos quais constituem elementos estudados pelo que comumente denominamos de folclore ou cultura popular” (HOHLFELDT, 2007, p.80). Este campo da cultura popular, todavia, é ocupado pela ambigüidade, como espaço de “manifestação das práticas sociais integradas nos processos comunicacionais quase sempre das classes rurais, rurbanas e operárias suburbanas, em que dois fluxos componentes de suas matrizes estão em constantes conflitos: a dominação e a resistência”. (TRIGUEIRO, 2008, p.24)

A dominação, todavia, especialmente nas rádios comunitárias, é enfrentada com ações valorativas de afirmação da identidade, denúncia social e formas colaborativas de gestão e funcionamento. A manutenção da Rádio Livre Comunitária de Ipiaú e das suas ações, por exemplo, tem sido possível por meio dos anúncios veiculados como apoio cultural, e dos associados que contribuem mensalmente com um valor mínimo a partir de dois reais (quantia inferior a um dólar americano). Destarte, em 2008, em nome do serviço prestado à sociedade, a emissora, sobrevivente aos anos de voluntariado e capital escasso, teve projeto aprovado para tornar-se um Ponto de Cultura.

Pontos de Cultura são instituições reconhecidas jurídica e socialmente, que recebem apoio financeiro e técnico do Estado para desenvolverem ações de impacto sociocultural em suas comunidades. A instituição submete seu projeto a edital público e, se contemplada, é conveniada ao Ministério da Cultura, recebendo o valor de R\$ 180 mil para ser investido, conforme projeto apresentado, num período de 3 anos. Do valor total recebido, R\$ 50 mil é para aquisição de equipamentos audiovisuais. A gestão é compartilhada entre o Estado e a comunidade.

O Ponto de Cultura pode ser (ao menos esse é o desejo) um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea, construindo uma

identidade coletiva na diversidade e na interligação entre diferentes modos culturais. Quem sabe um elo na 'ação comunicativa', como na teoria de Jürgen Habermas. (TURINO, 2010, p.35)

Quando a notícia da aprovação do projeto chegou à Rádio Livre, seus associados não sabiam ao certo por onde começar. Embora a efervescência cultural do pequeno município, os ipiaúenses costumam migrar para a capital ou outras cidades maiores em busca de crescimento profissional. Como manter uma equipe qualificada no projeto? Como comportar durante três anos um Ponto de Cultura? Por onde começar?

Tudo que estava validado no convênio aprovado – a quem servir, o quê realizar, metas a cumprir – parecia então distante da prática, pelo desconhecimento de gerir um projeto de tal porte. A 105,9 FM nunca antes tinha assinado um convênio com quantia e responsabilidade próximas a estas. Ainda assim, o projeto tomou corpo e em prática, nasceu.

2. Cultura Popular no Ponto (ou Como Fazer uma Colcha de Retalho)

Final do ano 2008. O então vice-presidente da Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, Nesmar Andrade, reuniu-se com o jornalista Júnior Pinheiro e a comunicóloga Júnia Martins, profissionais que estavam residindo temporariamente em Ipiaú. Na pauta, a chegada do Ponto de Cultura, o ineditismo do projeto, a ausência de uma coordenação que pudesse levá-lo à frente. Júnior e Júnia aceitaram a empreitada como coordenadores e iniciaram as atividades.

Após votação dos associados, o Ponto de Cultura de Ipiaú ganhou um nome – Adilson Duarte; jovem político e ativista cultural que faleceu após acidente de carro em 2009, sócio-fundador da Rádio Livre Comunitária.

O primeiro ano de gestão (2009-2010) do Ponto de Cultura Adilson Duarte (PCAD) compreendeu, entre outras metas, realização do Festival de Música Instrumental, de oficinas de violão, fotografia, cultura digital, teatro e radialismo comunitário. Nesta última, teremos destacada atenção.

A proposta era fazer com que as oficinas fossem além da simples oferta de conhecimento. A intenção era configurar um espaço de discussão que pudesse transmutar saberes, compartilhar experiências de profissionais da cultura local com os

alunos, aperfeiçoar a percepção de cada um deles para os elementos do cotidiano; que pudesse instrumentalizá-los não só do fazer técnico, mas também do pensamento ativista legítimo e transformador.

A questão da cultura na construção de um novo espaço público envolve a quebra de hierarquias e a edificação de novas legitimidades. Uma política pública de acesso à cultura tem que ir além da mera oferta de oficinas artísticas, espaços e produtos culturais; precisa ser entendida em um sentido amplo, expresso em um programa que respeite a autonomia dos agentes sociais, fortaleça seu protagonismo e gere empoderamento social. Cultura para aproximar os diferentes. Aproximação para que os diferentes se percebam próximos na essência. Cultura que dá coragem, une, potencializa. (TURINO, 2010, p.67)

Aproximar os diferentes foi uma das missões do PCAD. Em parceria com o Colégio Estadual Celestina Bittencourt, o Ponto de Cultura ministrou semanalmente suas oficinas em duas salas de aula cedidas pela escola. Entre as oficinas, salientamos aqui a de radialismo comunitário. Esta, de acordo com o projeto aprovado, deveria se estender por três meses. Porém, a experiência proficuamente permaneceu por nove. Na turma, além dos profissionais da própria Rádio Livre, outros alunos de distintos perfis – moradores da zona rural ou de bairros periféricos, portadores de deficiência de aprendizagem, menores residentes em orfanatos – todos estudantes de escola pública, domiciliados em Ipiaú e maiores de 14 anos.

O conteúdo da oficina compreendia história do rádio e das rádios comunitárias; tópicos técnicos, teóricos e legais para sua existência; comportamento ético e profissional do radialista; atitude e improviso; dicção e vocalização; tipos de conteúdos e gêneros radiofônicos. Na etapa final, a proposta de veicular um programa experimental na Rádio Livre, com roteiro e realização concebidos pelo grupo de alunos. Após três meses de aula, num sábado à tarde, os jovens aprendizes colocaram no ar o programa *Colcha de Retalho*.

Conscientes da responsabilidade de um programa ao vivo, os alunos, em sua primeira experiência, estavam um tanto nervosos – para alguns deles, que caminharam naquele dia mais de um quilômetro, da zona rural até a Rádio Livre, falar ao microfone era a maior dificuldade. Mas falaram. Roteiro na mão trêmula e a satisfação pouco a pouco tomava lugar no semblante, enquanto o telefone da rádio chamava com ouvinte

aprovando, perguntando, solicitando participação. Duas horas de programa e ao fim, um novo começo. Outros sábados viriam.

O *Colcha de Retalho* trouxe a cultura popular como seu alimento. O nome fez jus ao colorido da colcha, a este produto artesanal tipicamente popular, feito meticulosamente combinando recortes de tecidos de estampas diversas. Esta era a vontade daquele grupo – trazer à comunidade as cores da cultura popular por meio do rádio, aparelho que fala a letrados e analfabetos ao passo que, a experiência pudesse também ser compartilhada com o mundo, virtualmente. E assim foi feito, com a transmissão do programa via Internet.

Cada vez mais, as culturas regionais e locais vêm se posicionando no contexto globalizado, suas manifestações passam por uma ‘atualização’, e também criam modelos próprios para inseri-los na arena digital. Alia-se a isso a existência hoje de uma consciência de importância da cultura local como fator de desenvolvimento e consolidação de diferenciais entre grupos e de sua protagonização na cultura global. As manifestações culturais, mais especificamente, o folclore torna-se por um lado um potencial econômico e, por outro, uma maneira de resistir ao processo de globalização sem limites. (SCHMIDT, 2007, p.131)

No *Colcha de Retalho*, cada aluno responsabilizou-se por um bloco. Com o aumento da audiência, alguns quadros ficaram fixos, entre eles – *Letra Lúdica, Saudade e Gente da Gente*. O espaço na emissora configurou-se como canal direto e aberto à participação da comunidade, que interagia não só através de ligações telefônicas, mas também por meio do blog do PCAD, ou mesmo pessoalmente, ao encontrar um aluno da oficina pelas ruas do município, escola, local de trabalho, na própria emissora.

Semanalmente, os jovens radialistas reuniam-se para treinamento da locução e exercícios para a voz, elaboração de roteiros, pesquisa, audição e análise do programa veiculado no sábado anterior. Cada discente, aos poucos, percebeu a importância das nuances do fazer rádio, do aprender constante, da seleção de conteúdo, do olhar apurado para o cotidiano que agora se revelava com outras peculiaridades, traduzia outras necessidades. Perceberam-se imersos num processo folkcomunicacional, mediadores da “comunicação de grupos marginalizados não apenas socialmente” (HOHLFELDT, 2001, p.81).

2.1 Letra Lúdica

Um dos primeiros quadros pensados para o *Colcha de Retalho* foi o *Letra Lúdica*, com a presença da poesia musicalizada, da música poetizada. Assim definia Jádila Graça, 16 anos, estudante, moradora da zona rural, dona de vasto vocabulário, amante da música popular brasileira. Chico Buarque, Tom Jobim, Maria Bethânia, Arnaldo Antunes, Zeca Baleiro, eram nomes que tocavam, naquele espaço, junto com os cantores locais. Nos entremeios, Jádila declamava poesias de Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade. Contava um pouco da história da arte, falava de sentimentalismos, explicava conceitos. Ao fim, uma mensagem de encorajamento, auto-estima, sabedoria.

O *Letra Lúdica* incitou a sua apresentadora à pesquisa musical e poética constante, novos atos de fruição, à busca por reinterpretações, à adequação de conteúdo ao rádio, ao exercício da declamação. A revelação da poesia social, da música politizada, do reflexo histórico nas artes foram descobertas que se estenderam não apenas à Jádila, mas aos ouvintes que sintonizaram a 105,9 FM nas tardes de sábado e acompanharam os versos.

2.2 Saudade

Saudade tinha como apresentador Willian Nery. 19 anos de idade, estudante, ajudante de construção civil. O quadro se comprometia a trazer semanalmente cantores que marcaram épocas. Paralelo às músicas, a história do cantor, detalhes sobre compositores e composições, momento histórico, discos que fizeram mais sucesso.

Pena Branca e Xavantinho, Elis Regina, Renato Russo, Cazuzza, Barreirito, foram alguns dos nomes que passaram pelo roteiro de Willian. Seus vizinhos passaram a ouvi-lo, a pedir especiais com artistas saudosos, a solicitar reprises de programas. Na escola em que estudava, os colegas comentavam sobre alguns cantores que nunca tinham ouvido antes do *Saudade*. O jovem apresentador passou a ver os conteúdos em sala de aula com outros olhos e questionamentos. Não se ausentava mais da escola nenhum dia.

O entusiasmo e a dedicação de Willian refletiram em aumento da audiência. Esta cresceu a ponto do *Saudade* não caber em somente um quadro – transformou-se em programa fixo, exibido em toda manhã de domingo, com uma hora de duração. Willian, sempre pontual, não faltou nem mesmo no dia em que sofreu um acidente de motocicleta. Exibiu o programa, mal podendo sentar, ferimentos por todo o corpo cobertos por curativos e, no rosto, o sorriso.

Para acompanhá-lo no novo horário, o apresentador convidou o também aluno da oficina de radialismo comunitário do PCAD, o estudante Adriano Souza, de 21 anos. Tímido, Adriano começou a ler mais para melhor explicar as contextualizações histórico-musicais durante a apresentação no rádio. A cada domingo estava mais confiante, voz firme, texto solto. Sua avó revelou: “ele agora só quer saber de acordar e dormir ao pé do rádio...tá até escrevendo que nem gostava...tá lendo...fica aí riscando neste papel o dia todinho”. Ela referia-se ao roteiro, elaborado e reelaborado como obra de arte que agora Adriano esmerava.

2.3 Gente da Gente

O *Gente da Gente* não tinha apresentador fixo. Trazia semanalmente uma entrevista cedida a algum aluno da Oficina de Radialismo Comunitário do PCAD, que disponibilizava gravadores digitais e ilha de edição de áudio (equipamentos estes comprados com a verba do projeto). A ideia era colher relatos de populares relevantes na construção do cotidiano do município, mas que passavam despercebidos nos meios de comunicação locais, nos espaços institucionalizados de poder. Como lembra o criador do Programa Pontos de Cultura, o historiador Célio Turino, “os Pontos de Cultura vão além da estética ou da fruição artística, embrenham-se na dimensão ética, no compromisso com seu povo”. (TURINO, 2010, p. 11)

A primeira entrevista do *Gente da Gente* foi com o comerciante de requeijão mais tradicional de Ipiaú – Zeca do Requeijão, que vende seus produtos na feira livre do município há mais de 40 anos. Na entrevista, ele falou da diferença de perfil do consumidor de anos atrás, da diminuição da freguesia na feira devido à chegada dos supermercados, de alguns fregueses ilustres que ele se orgulhava servir. Ao fim, pediu para a rádio tocar uma música de Agnaldo Timóteo, que fazia lembrar-lhe da sua mãe.

Em outra oportunidade, o MC ipiauíense Freeza, do grupo de hip hop OQuadro, destaque no cenário musical baiano, foi entrevistado. Ex-morador do bairro onde se situa a sede da Rádio Livre, Freeza participou do movimento inicial pela implantação da emissora. Em seu depoimento, sublinhou a importância das políticas públicas sociais, do acesso à cultura especialmente para o jovem, da dificuldade da música alternativa na Bahia, da necessidade do aperfeiçoamento constante.

Maioria dos entrevistados foram tomados de espanto quando abordados para a entrevista, não se julgavam importantes para tanto; entre eles, Dona Maria do Chapéu. Há mais de 40 anos, ela confecciona manualmente os adereços que enfeitam grande parte dos chapéus das festas juninas locais. Todo ano, a calçada da sua casa fica multicolorida, repleta de modelos de diversas cores e tamanhos. Na entrevista, ela contou da felicidade do seu trabalho, responsável por adornar cabeças de pessoas vindas de Ipiauí e cidades circunvizinhas, na intenção de adquirir aquele produto símbolo de uma das festas mais populares do Nordeste Brasileiro – o São João. No dia que a entrevista foi ao ar, Dona Maria do Chapéu acompanhou quase devotamente, sentada ao lado do rádio, em silêncio, com os olhos lacrimejados.

Ao fim dos nove meses, com a mudança para outro Estado da professora da oficina e também âncora do *Colcha de Retalho*, este levou ao ar sua última edição. Contudo, ficou consumada a relação entre cultura popular e mídia local como “um jogo de ecos onde a realidade é um conjunto de informações produzidas por ambas, e os cidadãos formam o público consumidor e ao mesmo tempo comunicador”. (SCHMIDT, 2007, p.133). Tal interatividade⁵ endossa a promoção da cidadania por meio de práticas cotidianas de democratização dos meios de comunicação.

Considerações finais

A oportunidade de construir um espaço de comunicação fervilhado por idéias juvenis é ímpar. Maior parte dos jovens abrangidos pela oficina de radialismo comunitário nunca antes tinha entrado num estúdio de rádio. Foi necessário um processo de visitas, antes do lançamento do *Colcha de Retalho*, para que aquela

⁵ Interatividade como “capacidade do usuário manipular e afetar diretamente a experiência da mídia e de se comunicar com outros por meio dela.” (Packer e Jordan *apud* CASTELLS, 2003, p.165).

realidade do ambiente produtor de cultura e informação se tornasse algo próximo, comum aos alunos.

O que pôde ser percebido, na primeira visita, foi certo receio dos alunos em adentrar aquele espaço, aparentemente não concebido para eles. Com o desenrolar das edições do programa, o pensamento teórico de que a rádio comunitária é da comunidade, foi ficando cada vez mais evidente e praticável.

A mídia se encarrega de colocar os populares como público, mas não como partícipe da construção do conteúdo; como estereótipo cultural, mas não como cultura genuína. Por outro lado, a ausência de políticas públicas de cultura é historicamente comprovada no Brasil, país rico em diversidade e possibilidades. Tal fato ajuda a justificar a dificuldade das instituições civis organizadas, especialmente as constituídas como associações culturais, em gerir projetos conveniados com governo ou outras instituições. Falta formação e informação.

No contexto explanado neste estudo, o retorno da comunidade, após a exibição do *Colcha de Retalho* foi imediato; comentários no blog, telefonemas, *e-mails*. Tal circunstância induziu à busca incessante dos alunos por aperfeiçoamento e gerou reações em cadeia não só nos diálogos agora reiterados no ambiente familiar dos aprendizes, mas também em outros ambientes que freqüentavam – escola, igreja, trabalho.

Diante da experiência, em cada um dos jovens radialistas (e por que não dizer também em cada ouvinte assíduo) ficou a certeza de que todo indivíduo é capaz de mediar conhecimento, de reinterpretar a realidade posta pela mídia, de trazer a cultura popular como afirmação da identidade, respeitando o outro, a alteridade, aprendendo com esta e construindo um espaço comunicativo que pode ser chamado de seu, de todos.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

CANCLINI, Nestór Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ESTRELA, Ely Souza. **Euclides Neto**: Testemunhos de experiências, memórias e oralidade na obra de um prefeito “modelo”. Anais do X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: História e Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo (org.). **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009. Disponível em: <http://webresearch.files.wordpress.com/2009/07/cartilha.pdf> Acesso em 13/05/2011.

HOHLFELDT, Antonio. Contribuição aos estudos acadêmicos de Comunicação Social. In: MELO, José Marques de; TRIGUEIRO, Osvaldo Meira (org.). **Luiz Beltrão**: pioneiro das Ciências da Comunicação no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

LAMOSO, Kaike. **105,9 FM**. Vídeo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2007.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres**: a reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MELO, José Marques de. **Mídia e cultura popular**: História, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

SCHMIDT, Cristina. Folkcomunicação: Avanços teóricos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; TRIGUEIRO, Osvaldo Meira (org.). **Luiz Beltrão**: pioneiro das Ciências da Comunicação no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

TEIXEIRA NETO, Euclides. **Dicionareco das roças de cacau e arredores**. Salvador: Fator, 1997.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e ativismo midiático**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Editora Anita, 2010.